

República e republicanismo, hoje como ontem.

João Garção

Aos meus avôs, republicanos perseguidos pela PVDE.

A propósito das comemorações de mais um aniversário da implantação da República em Portugal, o Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Escola Portuguesa de Luanda entendeu que se justificava também serem tecidas algumas considerações relacionadas com o significado dessa data, inseridas no âmbito das atividades que está a dinamizar. Na verdade, o trabalho demopédico, pela sua extrema relevância, deve ser sistematicamente empreendido nos diversos setores sociais, com especial acuidade, obviamente, nos estabelecimentos de ensino. Agradeço a possibilidade que os meus colegas de Departamento e a Escola me proporcionaram para agora expor as reflexões e apreciações pessoais sobre esta matéria, as quais são isso mesmo – pessoais -, pelo que apenas a mim responsabilizam.

Numa obra já clássica acerca do republicanismo português, o Prof. Fernando Catroga refere que este é uma *‘tendência de esquerda que emergiu no seio da família demoliberal’*.

Idêntica é a opinião do Prof. Amadeu Carvalho Homem quando analisa a formação, entre nós, do ideário republicano, escrevendo a esse propósito que *‘a doutrinação positivista ofereceu às vanguardas políticas militantes da segunda metade do século XIX – e muito especialmente ao propagandismo republicano europeu – uma base axiomática de aplicação política’*, positivismo esse que, no entanto, se perfila ideologicamente distanciado do marxismo, sendo contrastantes várias das propostas de ambos os projetos.

Por seu turno, o Prof. Fernando Rosas salienta que *‘[o republicanismo] é a arma ideológica de que se servem os mais fracos e mais pobres do mundo urbano para organizar a revolução republicana, é um instrumento de combate político emancipatório’*.

Quem são os portugueses que, sobretudo a partir de 1890, no contexto de uma nova vaga de propaganda republicana estimulada pela cedência governamental ao célebre Ultimato Inglês e pela contestação que se lhe seguiu, quem são, dizia, aqueles que se vão deixando conquistar pela eloquência persuasiva de líderes republicanos de enorme carisma, de que António José de Almeida será, porventura, o máximo expoente? O já citado Fernando Rosas refere-os: são *‘artesãos, pequenos comerciantes, caixeiros, pequenos empregados de escritório, modestos funcionários públicos, operários oficiais e fabris, estudantes, marinheiros, cabos e sargentos, pequenos proprietários, trabalhadores indiferenciados [...]’*.

Não será, pois, de estranhar que, atendendo à base de recrutamento do movimento republicano, a sua intensa atividade propagandística, de cariz popular e democratizador, tenha acabado por incidir nas maiores cidades do país, sobretudo na capital, local onde se fez mais evidente o seu proselitismo e a sua atividade antimonárquica. Aí se multiplicaram as ações de popularização cultural, indispensáveis à inevitável instauração da República, já que, imbuídos de profundo otimismo, os seus defensores possuíam a arraigada crença de que o novo regime se encontrava inscrito no devir histórico, um imparável desígnio que, ainda assim, deveria ser secundado por ações de instrução e de educação, emancipando as consciências, libertando-as do que consideravam ser as amarras mentais características de tempos passados e, concomitantemente, solidificando a base de apoio eleitoral republicana.

A título de exemplo, é neste sentido que o magistrado, político e escritor Trindade Coelho salientou no seu *'Manual Político do Cidadão Português'*, de 1906, que o seu objetivo com esta obra era *'educar para criar uma opinião individual consciente e uma opinião pública vigorosa – ou seja, para formar o cidadão e organizar a nação soberana, pois se não há cidadão sem uma justa e exata consciência dos seus direitos e dos seus deveres, também não há nem pode haver nação verdadeiramente soberana sem cidadãos instruídos e educados.'*

Apesar deste afã pedagógico e pacífico, a via revolucionária para a conquista do poder político foi adotada pelo Partido Republicano no seu X Congresso que teve lugar em Setúbal, em abril de 1909. Nele, o novo Diretório do PRP recebeu um mandato imperativo – o de preparar e dirigir a Revolução. Esta acabou por triunfar no ano seguinte, em Lisboa, na Rotunda (atualmente, Praça do Marquês de Pombal), graças ao labor e à coragem de umas (poucas) centenas de lisboetas (tendo nesse momento fundacional sobressaído o heroísmo teimoso e abnegado do jovem militar Machado Santos, carbonário e maçom) e perante a apatia de monárquicos – de que Paiva Couceiro foi uma honrada exceção – e a aparente indiferença do resto do país – a República seria nele *'implantada pelo telégrafo'*, aceite pela generalidade de uma população que já não sentiria especial afeição pelo sistema monárquico.

Apesar do seu ideário progressista e de algumas reformas importantes, contudo, o republicanismo triunfante em 1910 não conseguiu atacar eficazmente os problemas estruturais do país, abriu vias de confronto com o 'Portugal tradicional' e as suas elites passaram a evidenciar maior preocupação em manterem o poder a todo o custo, esforço este traduzido em fratricidas lutas partidárias que abalaram a credibilidade da República e, num contexto internacional adverso, precipitaram o seu fim, abrindo as portas da governação do Estado a

defensores de doutrinas autoritárias, com as nefastas consequências que são conhecidas.

Com a República a precipitar-se no abismo, alguns houve ainda que procuraram exercer uma ação pedagógica e doutrinária a fim de aproximar a elite republicana da realidade portuguesa e possibilitar a reforma da República e do país. É o caso dos chamados ‘seareiros’, importantes vultos da cultura portuguesa congregados em redor da revista *Seara Nova* (cujo primeiro número viu a luz do dia em outubro de 1921): Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão, Raúl Brandão, António Sérgio, Ferreira de Macedo, Faria de Vasconcelos, Câmara Reis, Raul Proença. O editorial desse primeiro número, da autoria de Raul Proença - a quem João Chagas chamou ‘*a primeira pena da República*’ e de quem o Jornal de Notícias disse ser ‘*o maior escritor e jornalista de ideias da geração republicana de 1910*’ - enfatizava a necessidade de formação de uma opinião pública nacional que exigisse e apoiasse as reformas necessárias, opondo-se – e cito – ‘*ao espírito de rapina das oligarquias dominantes e ao egoísmo dos grupos, classes e partidos*’, em nome daquela que consideravam ser a verdadeira revolução – a revolução dos espíritos – em contraponto aos constantes movimentos revolucionários que iam enfraquecendo irremediavelmente a República. Em vão... No mesmo mês em que a *Seara Nova* era lançada, ocorria a ‘Noite Sangrenta’, dramático episódio em que algumas destacadas personalidades republicanas foram assassinadas – Freitas da Silva, Botelho de Vasconcelos, António Granjo (chefe demissionário do Governo) e dois dos históricos da proclamação da República, Carlos da Maia e Machado Santos (o ‘herói da Rotunda’).

Logo após a fracassada revolta democrática e constitucionalista de 1927 contra a Ditadura Militar, cujos apaniguados iam ganhando terreno no nosso país, o já citado Raul Proença escreveu um artigo significativamente intitulado ‘*Aos Apóstolos do 5 de Outubro*’ no qual

afirmou, desiludido: *'Foi este o momento singular, providencial, em que tinha que ser posta à prova a sinceridade da vossa doutrina e a grandeza do vosso apostolado [...], momento em que se revelam as almas de bronze e as almas de lama. O Santo social não é aquele que se recolhe no seu nicho para que o adorem em genuflexões e reverências; é aquele que dele desce para se confundir com a multidão dos fiéis, partilhar dos seus trabalhos e das suas penas, pôr-se à frente das suas hostes.'* A noite começava, então, a crescer por dentro dos homens do seu país, que, cada vez mais, passavam de olhos no chão, no dizer apropriado e poético de Manuel Alegre...

Ao assinalarmos a implantação da República em 5 de Outubro de 1910, que acabou com um sistema monárquico apodrecido, não deveremos esquecer a realidade atrás enunciada, para que exaltemos mais os ideais que lhe subjazeram do que certas práticas que a enformaram. E, em meu entender, para mim que sou profunda e indefetivelmente republicano, os seus principais ideais continuam válidos, ainda hoje.

Por este motivo, é com pesar que constato que, para uma franja significativa de portugueses, a data em apreço não terá maior significado do que ser um outro feriado oficial. Mas se muitos dos nossos concidadãos serão *'republicanos por inércia'*, atrevo-me a perguntar: é a eles que deverão ser assacadas todas as responsabilidades?

Na verdade, alguns intervenientes em diversos setores da vida pública portuguesa, cuja actividade se desenrola num quadro formalmente republicano, parecem surgir aos olhos da chamada *'opinião pública'* como estando mais interessados em colocar em equação os seus interesses pessoais e corporativos, não se afirmando verdadeiramente como agentes mobilizadores da vontade colectiva e parecendo não conseguir discernir, em proveito da causa pública, as potencialidades dos

portugueses. Por isso, creio, não será de estranhar que alguns ‘fazedores de opinião’ frequentemente exaltem a *estabilidade* como um valor supremo, o que será, no mínimo, uma falácia, uma vez que as sociedades democráticas assentam sobre dissensões criativas - logo, será redutora qualquer prática política que não atenda ao valor da mudança e à constituição de possibilidades alternativas, sobre cuja validade os cidadãos deverão sempre ter a última palavra.

Pessoalmente, entendo que há mais formas de intervenção político-social do que aquelas que são enquadradas pelos diferentes partidos políticos tradicionais – os quais, sendo essenciais à democracia, não devem arrogar-se a veleidade de pretenderem possuir o exclusivo da prática política.

Neste sentido e em minha opinião, a constituição e dinamização de movimentos cívicos, com maior ou menor implicação na política partidária formal, é também – sempre será - um enérgico ato de liberdade que mergulha as suas raízes na própria essência da ‘boa’ política, ou não fosse esta uma actividade baseada na liberdade de *debater para convencer*.

E, a meu ver, urge cada vez mais que se consiga congregar neste trabalho sinérgico pessoas de todos os quadrantes ideológicos, desde que sinceramente norteados por valores democráticos, nos quais, obviamente, o respeito e a defesa da dignidade humana sejam as indispensáveis pedras de toque, aquelas que, sistematicamente polidas, contribuem realmente para uma continua e benéfica transformação do mundo.

Tenhamos sempre presente, a este título, que, sem esse denodado empenho conjunto se avolumarão os sinais disruptivos de uma tolerante, criativa e saudável sociabilidade; as expressões de lógicas personalistas e nacional populistas; o clima de desinformação; a rejeição

dos conhecimentos científicos; os egoísmos egotistas; a banalização da violência e do ódio; as respostas pusilânimes em relação à adesão a opções extremistas e sectárias em matéria política e religiosa ...

A título de exemplo, é preocupante – e creio que, seguramente, concordarão comigo - que, de acordo com um recente inquérito promovido pela Rede Europeia de Conselhos de Justiça – de que o *Diário de Notícias* do dia 27 de setembro fez eco - em Portugal, 40% dos juízes que participaram no inquérito consideraram que existe a hipótese de ter havido decisões ou ações de juízes a título individual que foram indevidamente influenciadas pelos meios de comunicação social. Como preocupante são também os resultados de um outro inquérito realizado em 30 países, este da *Open Society Foundations*, segundo o qual apenas 57% dos jovens inquiridos (entre os 18 e os 35 anos) acreditam que a democracia é preferível a qualquer forma de governo, sendo que mais de um terço se mostrou favorável a um líder forte que descarte o parlamento e as eleições.

Daí que seja cada vez mais necessário, a meu ver, que se enfatize o seguinte: as democracias são muito mais frágeis que os regimes ditatoriais. As democracias requerem, de todos os participantes na atividade política e social (ou seja, de todos nós), um constante esforço no sentido da obtenção de informação fiável, a prática de reflexões consistentes, a colaboração insistente visando a eficaz solidificação da pluralidade mediática, a edificação de um sistema judicial verdadeiramente independente, o respeito pelas minorias, o brio do trabalho profissional bem feito, um sistema económico que incorpore, crie oportunidades e valorize todas as gerações, sem qualquer distinção.

Tucidides, general e historiador da Antiga Grécia, afirmou um dia: *'há que optar: descansar ou ser livre'*.

Pela parte que me toca, reafirmo aquela que sempre tem sido a minha vontade: colaborar, dentro das minhas possibilidades, na defesa da República e da democracia, ao invés de me circunscrever às habituais lamúrias de exautoração das sociedades portuguesa e europeia, com o conforto de saber que, felizmente, estou bem acompanhado nesta luta, pois muitos dos nossos concidadãos também o fazem, recusando ‘atirar a toalha ao chão’ – sejam eles monárquicos ou republicanos, de esquerda ou de direita, novos ou menos novos, religiosos ou ateus.

Por isso, sem qualquer tipo de paternalismo espúrio, mas antes com o espírito de abertura e sinceridade que a concidadania torna possível e aconselha, permito-me aqui defender ser indispensável que nunca desistamos de fazer ouvir a nossa voz.

Pela minha parte, reafirmo a minha inquebrantável crença nos tradicionais valores da República – *Liberdade, Igualdade, Fraternidade*.

Acredito que, apesar de tudo, vivemos numa época mais democrática do que qualquer outra e que as sociedades democráticas, entre as quais a portuguesa, possuem uma enorme força que reside no facto de serem polifónicas, pelo que é natural que nelas se questionem valores, regras e práticas. Logo, estas sociedades não são monolíticas, mas passíveis de evolução, pelo que não receio a sua natural reconstrução evolutiva, antes a encaro com naturalidade e com esperança.

Acredito sinceramente que o experiente povo português será capaz de gerir os seus fracassos, como já fez noutras circunstâncias porventura mais difíceis, não se deixando cair no abatimento e na inacção.

Concluo, recorrendo a um excerto de um trabalho da Prof. Lia Ribeiro, com o qual me identifico em absoluto. Escreve ela: “*Reflectir*

sobre a República é, essencialmente, ponderar sobre a atualidade, porque a política pode mudar na forma, mas não na substância. Nunca nos deveríamos esquecer de que a virtude do regime vigente continua a radicar na nossa capacidade em sermos cidadãos esclarecidos e, conseqüentemente, empenhados. E ser cidadão hoje, como há quase um século, não se confina apenas a votar quando o sistema o solicita. A plenitude do exercício cívico apela-nos à intervenção constante e atenta, de forma espontânea ou organizada, individual ou coletivamente, sobretudo numa época caracterizada por uma certa indiferença quanto à coisa pública. Só desta forma participativa em democracia se concretiza a cidadania republicana na sua essência e perenidade.”

Viva a República! Viva Portugal!

Escola Portuguesa de Luanda, 5 de outubro de 2023